



SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE LEI N. 501, DE 2019

Dispõe sobre o Plano de Metas para o enfrentamento integrado da violência doméstica e familiar contra a mulher.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a elaboração e a implementação de Plano de Metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Rede Estadual de Enfrentamento e da Rede de Atendimento da violência contra a mulher por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º Os Estados, Distrito Federal e Municípios deverão priorizar a elaboração e a implementação de Plano de Metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, da Rede Estadual de Enfrentamento e da Rede de Atendimento da violência contra a mulher.

§1º A Rede Estadual de Enfrentamento da violência contra a mulher e a Rede de Atendimento serão compostas pelos órgãos públicos de segurança, saúde, justiça, assistência social, educação e direitos humanos e por organizações da Sociedade Civil.

§2º Somente terão acesso aos recursos federais relacionados à segurança pública e direitos humanos os entes federativos que apresentarem regularmente seus Planos de Metas para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.

§3º O Plano de Metas será Decenal, com atualização obrigatória a cada 2 (dois) anos, visando o monitoramento da execução e resultados das metas e ações estabelecidas no período.





Art. 3º Os Planos deverão conter, de acordo com as competências constitucionais do ente:

I - Meta de ações voltadas ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, devendo englobar, no mínimo, uma ação integrada de formação entre os setores diretamente envolvidos, além de ações que alcancem ao menos metade dos servidores de cada setor, a cada ano;

II - Inclusão de disciplina específica de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher nos cursos regulares das Instituições Policiais, bem como treinamento continuado, de forma integrada, entre os integrantes dos órgãos de segurança pública, que disponha de técnica de busca ativa, abordagem, encaminhamento e atendimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e familiar;

III – Plano de expansão das delegacias de atendimento à mulher, contemplando principalmente as regiões geográficas imediatas dos Estados;

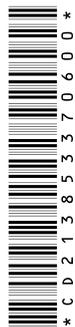
IV – Programa de monitoramento e acompanhamento tanto das mulheres em situação de violência doméstica como do agressor;

V – Programa de reeducação e acompanhamento psicossocial do agressor;

VI – Expansão do monitoramento eletrônico do agressor e disponibilização para a vítima de dispositivo móvel de segurança que viabilize a proteção da integridade física da mulher;

VII – Implementação da Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, que inclui conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a mulher;

VIII – Expansão dos horários de atendimento nos Institutos Médicos Legais e dos órgãos da Rede de Atendimento;





IX – Programa de qualificação continuada dos profissionais envolvidos;

X – Realização de campanhas educativas;

XI - Ações de articulação da Rede Estadual de Enfrentamento à violência contra a mulher e da Rede de Atendimento no município, Estado ou região;

XII - Demais ações que considerem necessárias para prevenção da violência e atenção humanizada à mulher em situação de violência doméstica e familiar e seus dependentes.

Art. 4º O Plano de Metas deverá conter a definição de um órgão responsável pelo seu monitoramento e pela coordenação da Rede Estadual de Enfrentamento e da Rede de Atendimento da violência contra a mulher.

Art. 5º Acrescente-se o inciso VI ao artigo 35 da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018:

“Art. 35.....

.....

VI – Enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher.”

(NR)

Art. 6º Os Estados terão um ano a partir da promulgação desta lei para aprovar seus respectivos Planos de Metas, sob pena das sanções do § 2º do artigo 2º desta lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 10 de agosto de 2021.

Deputado EMANUEL PINHEIRO NETO
Presidente CSPCCO

